

Condições do trabalho docente durante a pandemia da Covid 19

 Edson Marcos de Anhaia¹,  Regis Clemente da Costa²

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Departamento de Educação do Campo. Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade. Florianópolis – SC. Brasil. ² Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Autor para correspondência/Author for correspondence: edson.anhaia@ufsc.br

RESUMO. O texto trata parte dos resultados da pesquisa “Educação e escola do campo em tempos da pandemia da Covid-19” realizada por grupos da Rede Latino-americana de estudos e pesquisas em Educação do Campo. Temos como objetivo analisar as condições do trabalho docente nas escolas do campo durante a pandemia da Covid 19. Partimos dos dados resultantes das entrevistas realizadas com questionários e respondidas virtualmente. Das 645 respostas que obtivemos, selecionamos 18 professores que atuam em escolas do campo nos anos de 2020 e 2021. Iniciamos o texto discutido o trabalho e o trabalhador, a partir de Marx, no contexto da sociedade pautada no modelo de desenvolvimento do capital. Na segunda parte do texto tratamos especificamente das condições do trabalho docente nas escolas do campo durante a pandemia da Covid 19, a análise baseou-se nas falas dos entrevistados dialogando com os elementos por eles trazidos. Ficou evidente a precarização do trabalho e o desgaste do professor durante esse período. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre o processo vivido pelos professores durante a pandemia.

Palavras-chave: trabalho docente, educação, pandemia.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e18527	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Conditions of teaching work during the Covid 19 pandemic

ABSTRACT. The text discusses part of the results of the research "Education and Rural Schooling in the times of the Covid-19 pandemic" conducted by groups from the Rede Latino-Americana de estudos e pesquisas em Educação do Campo. Our objective is to analyze the working conditions of teachers in rural schools during the Covid-19 pandemic. We started with data resulting from interviews conducted with questionnaires and answered virtually. Out of the 645 responses we obtained, we selected 18 teachers who work in rural schools in the years 2020 and 2021. We begin the text by discussing labor and the worker, drawing on Marx, in the context of a society guided by the development model of capital. In the second part of the text, we specifically address the working conditions of teachers in rural schools during the Covid-19 pandemic; the analysis is based on the statements of the interviewees, engaging with the elements they brought forward. The precarization of work and the exhaustion of teachers during this period became evident. Finally, we present some considerations about the experiences lived by teachers during the pandemic.

Keywords: teaching work, education, pandemic.

Condiciones de trabajo docente durante la pandemia de Covid-19)

RESUMEN. El texto aborda parte de los resultados de la investigación "Educación y Escolarización Rural en tiempos de la pandemia de Covid-19" realizada por grupos de la Rede Latino-americana de estudos e pesquisas em Educação do Campo. Nuestro objetivo es analizar las condiciones laborales de los docentes en escuelas rurales durante la pandemia de Covid-19. Comenzamos con datos resultantes de entrevistas realizadas mediante cuestionarios y respondidas virtualmente. De las 645 respuestas obtenidas, seleccionamos a 18 docentes que trabajan en escuelas rurales en los años 2020 y 2021. Iniciamos el texto discutiendo el trabajo y el trabajador, recurriendo a Marx, en el contexto de una sociedad guiada por el modelo de desarrollo capitalista. En la segunda parte del texto, abordamos específicamente las condiciones laborales de los docentes en escuelas rurales durante la pandemia de Covid-19; el análisis se basa en las declaraciones de los entrevistados, interactuando con los elementos que presentaron. La precarización del trabajo y el agotamiento de los docentes durante este período se hicieron evidentes. Finalmente, presentamos algunas consideraciones sobre las experiencias vividas por los docentes durante la pandemia.

Palabras clave: trabajo docente, educación, pandemia.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa “Educação e Escolas do Campo em tempos de pandemia da Covid-19”, realizada de 2020 a 2023, pelo Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GECCA-UFFS); Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Escola do Campo e Agroecologia (GECA-UFSC); Grupo de Pesquisa Educação, Campo, Trabalho, Práxis e Questão Agrária (NALUTA-UFPR/Setor Litoral) e Grupo de Pesquisa em Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo (MOVECAMPO-UNICENTRO). Os grupos descritos compõem a Rede Latino-Americana de Estudos e Pesquisas Marxistas em Educação do Campo.

O principal objetivo da pesquisa foi analisar as condições objetivas da Educação e das Escolas nas comunidades do campo, das águas e das florestas e suas consequências em tempos de pandemia de COVID-19. Acreditamos ser fundamental identificar as principais contradições e as múltiplas determinações que se relacionam com a problemática da investigação, considerando as mediações existentes entre sua particularidade e universalidade.

Os dados foram coletados por meio de questionário virtual realizado pela pesquisa, com 645 sujeitos participantes, dos quais 382 estudantes e 263 egressos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Pedagogia da Terra, Pedagogia para Educadores do Campo e Pedagogia Indígena de 33 instituições de Ensino Superior de todas as regiões do Brasil. Desse universo de sujeitos pesquisados, selecionamos 18 entrevistas que foram realizadas com educadores e educadoras que estavam trabalhando em escolas nos anos de 2020 e/ou 2021, e que responderam as questões referentes ao trabalho docente nas escolas do campo. Nosso objetivo foi analisar quais desafios esses trabalhadores enfrentaram para desenvolver o trabalho docente durante a pandemia da Covid 19.

Constatamos, a partir dos relatos coletados pelas entrevistas que o trabalho do professor foi intensificado com a pandemia da Covid 19 nas escolas do campo, levando em muitos casos o esgotamento físico e mental. As especificidades das escolas do campo no Brasil são diversas, não só pelos diferentes espaços geográficos, mas principalmente pela ausência de história de políticas públicas de Educação. Ficou evidenciado que as redes de manutenção do ensino não criaram estratégias eficientes que pudessem direcionar os processos de ensino aprendizagem ou oferecer infraestrutura adequada para a realização das atividades *on line* ou com acompanhamento a estudantes que não possuíam acesso a rede de internet.

O trabalho e o trabalhador: alguns apontamentos

Vivemos desde meados do século XIX uma crise estrutural do capital, assim concebida por Mészáros (2002, p. 796-797, grifos do autor), por conter quatro aspectos centrais, “caráter universal”, ou seja, tem um alcance global, presença “permanente” no tempo e, desdobra-se de modo “rastejante”, o que não significa negar a possibilidade de grandes “colapsos” diante das crescentes contradições, as quais, não podem ser deslocadas no interior do próprio sistema, pelo fato justamente da crise não ser parcial e “interiormente manejável”. Esse processo de crise ignora a reprodução da vida, da existência dos seres vivos, Mészáros (2011, p. 251), ressalta que “o capital é em si absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”.

Esse quadro de crise do capital é caracterizado pelo crescente aumento dos problemas ambientais, da desigualdade, desemprego estrutural, flexibilização precarizadora do trabalho, conjugada com perda de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, que se agravou substancialmente com a Pandemia da Covid – 19 a partir de março de 2020.

A mudança do padrão de exploração da classe trabalhadora e de acumulação do capital nos anos 1990, segundo Freitas (1992, p. 92-94), exigiu um trabalhador de novo tipo, com “habilidades próprias de serem aprendidas nas escolas, na instrução regular”. Assim, se o capital historicamente “procurou sonegar instrução”, vê-se, contraditoriamente, impelido a abrir a “torneira da instrução”, ainda que de forma mínima, apenas para assegurar a formação do novo trabalhador exigida pelas alterações na produção. Desse modo, a formação de professores que garanta uma reestruturação da escola, com mínima instrução, processos participativos, entre outros aspectos, passa a ser uma preocupação do Estado, posto que reconhece a figura do professor como indispensável para alcançar tais modificações. Para Mészáros (2005), a formação docente é significativa na medida em que é por meio dela que se garante a educação dos filhos da classe trabalhadora nos moldes da “internalização” das exigências atuais de qualificação profissional para atender as necessidades da reorganização da produção.

Vale registrar que o processo de reestruturação das escolas públicas nos Estados Unidos, no início do século XXI, retratado por Foster (2013), explicita a afirmação de Freitas (1992). Como consequência da perspectiva da “administração científica” assumida na direção do processo de trabalho nas escolas, os professores foram submetidos a “novas formas de

gestão corporativa”, assumidas por fundações “filantrocapitalistas”, que passaram também a fornecer formação a candidatos recrutados nas universidades, na forma de “treinamento intensivo de cinco semanas”, posteriormente enviando-os por um período de dois ou três anos para ensinar “em escolas de baixa renda” (Foster, 2013, p. 90-103).

Conforme Mészáros (2005, p. 56-59), para garantir a “ordem sociometabólica do capital”, a educação institucionalizada assume a função de “internalização” de sua lógica, impondo conformidade aos seres que a frequentam. A naturalização das desigualdades, o discurso da meritocracia, da empregabilidade e da escolarização como essencial para a ascensão social são aspectos definidores de tal internalização. Concordamos com o autor, para quem a educação formal somente poderá dar sua “contribuição vital para romper com a lógica do capital” se estabelecer vínculos com a vida, movendo-se “em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes”, isto porque, a “nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipatória” (Mészáros, 2005, p. 76).

Acontece que na sociedade capitalista a educação é vista como um bem essencialmente privado, individual e de relações econômicas cada vez mais apropriadas pelo empresariamento. Essa questão se agrava ainda mais nos processos de formação inicial e continuada de professores, na redução do financiamento público da educação, na precarização das condições de trabalho, nas inúmeras perdas salariais, na desvalorização da carreira docente e tem agravado a situação da educação brasileira.

Na contramão desse processo e procurando a transformação social ampla e emancipatória os povos do campo, das águas e das florestas têm lutado e exigido políticas públicas de formação inicial de professores para atender a demanda histórica de profissionais habilitados para atuarem nas escolas em seus territórios procurando aproximar o conhecimento sistematizado da realidade por eles vivido. Os cursos de formação inicial de professores: a Licenciatura em Educação do Campo, Licenciatura Intercultural Indígena e os cursos da Pedagogia da Terra apresentam-se nesse limiar, ao mesmo tempo em que se constitui no âmbito do Estado e compõe a lógica de internalização dos ideais e valores que visam preservar a ordem, de outro lado, é fruto da luta e reivindicação dos movimentos sociais organizados que visam romper tal ordem.

Para compreendermos minimamente as consequências que a pandemia do Covid 19 impôs ao trabalho docente nas escolas do campo em que estudantes e egressos dos cursos

acima citados atuam ou atuaram recorreremos inicialmente a análise de Marx sobre o capital, que, por sua vez, está associado ao trabalho, já que a exploração do trabalho e do trabalhador é inerente e mantém as bases de sustentação do capitalismo. É justamente esse modelo de produção e reprodução social da vida material gerador da exploração e da desigualdade, da degradação e desequilíbrios ambientais e das pandemias.

Segundo Marx (2003), o trabalho é o intercâmbio do homem com a natureza, é o processo pelo qual o homem tem consciência dessa relação material estabelecida com a natureza. Portanto, o trabalho é exclusivamente humano. Nesse sentido, primeiramente, há que se compreender o sentido ontológico do trabalho, que segundo Marx,

é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua ação, impulsiona, regula, e controla seu intercâmbio material com a natureza ... Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (Marx, 2003, p. 211).

A constatação de Marx (2003) evidencia o fato de que o ser humano trabalha e tem consciência de seu trabalho, diferente dos animais, que agem por instinto de sobrevivência. O ser humano tem a capacidade de planejar, de idealizar o que pretende construir com sua força de trabalho e sua inteligência. O resultado desse processo de trabalho foi denominado por Marx de valor-de-uso, uma vez que o homem trabalha para atender suas necessidades e tem consciência de sua utilidade. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso”. (Marx, 2003, p. 58).

A relação do trabalho e do trabalhador com o capitalista, porém, revela outra forma de compreensão da ação humana, pois, “... o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho se realize de maneira apropriada”. (Marx, 2003, p. 219). Diferentemente do trabalho humano na produção do valor-de-uso, na relação com o capitalista, “... o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho”. (Marx, 2003, p. 219)

A esse processo, Marx denominou valor-de-troca:

... o valor-de-troca revela-se de início na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. (Marx, 2003, p. 58).

Em meio à sua análise sobre o processo de trabalho, Marx (2003, p. 370-371) afirma que “o valor absoluto da mercadoria não interessa, por si mesmo, ao capitalista que a produz. Só lhe interessa a mais-valia nela inserida e realizável através da venda”. Cita, também, a relação entre o tempo de trabalho em que o trabalhador labora para si e a outra parte do tempo que trabalha gratuitamente para o capitalista:

... o desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. (Marx, 2003, p. 372).

Mészáros (2011) faz uma atualização da obra de Marx. Entre tantas e aprofundadas análises sobre o assunto, destacamos a afirmação relacionada ao trabalhador e à mercadoria, “... contudo quando falamos da forma plenamente desenvolvida do sistema do capital, como Marx o faz em sua crítica da economia política, a ênfase deve ser colocada nas condições sob as quais a força de trabalho se torna uma mercadoria para o próprio trabalhador”. (Mészáros, 2011, p. 707).

Nesse mesmo sentido, Paniago (2000, p. 13) afirma que “como já havia apontado Marx, no processo de produção capitalista a subordinação das necessidades humanas da produção de mercadorias é uma das condições fundamentais à liberação sem limites da realização do capital”.

O trabalhador, portanto, é parte fundamental para a sobrevivência e expansão do sistema. Marx (apud Mészáros, 2011) ao analisar essa relação, tanto da mercadoria quanto da divisão social do trabalho, afirma que no interior da oficina, com a chegada da produção capitalista o valor de uso passa a ser mediado pelo valor de troca

A mercadoria como forma necessária do produto e, portanto, a alienação do produto como a forma necessária de sua apropriação implica uma divisão do trabalho social plenamente desenvolvida. Enquanto, por outro lado, é somente na base da produção capitalista, portanto também na divisão capitalista do trabalho no interior da oficina, que todos os produtos necessariamente assumem a forma de mercadoria e todos os produtores são necessariamente produtores de mercadoria. Consequentemente, somente com a chegada da produção capitalista o valor de uso é pela primeira vez mediada, genericamente, pelo valor de troca. (Marx apud Mészáros, 2011, p. 707).

O modo de produção capitalista muda completamente a forma de produção que se tinha nas oficinas, na qual uma mesma pessoa trabalhava na produção de um produto do começo ao

fim. Esse trabalhador tinha o conhecimento da totalidade do objeto que se pretendia produzir. Porém, para tornar mais rápida a produção e também dividir o trabalho, separando a complexidade de cada parte do objeto, se implanta a mudança na forma da produção.

Essa análise de Marx se dá na obra “O Capital”, no capítulo referente à divisão do trabalho e a manufatura, em que afirma que “a cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura”. (Marx, 2003, p. 391). Nesse contexto, Marx destaca ainda que o desenvolvimento de “uma hierarquia nas forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários”. (Marx, 2003, p. 404). Essa relação é fundada em formas integradas de manutenção da lógica de exploração que classifica o trabalhador a fim de executar as tarefas exigidas e esperadas pelo capitalista, “... ao lado da graduação hierárquica surge a classificação dos trabalhadores em hábeis ou inábeis”. (Marx, 2003, p. 405).

São inúmeras análises que se complementam e, posteriormente, Marx (2003) analisa a diferenciação da divisão do trabalho na manufatura e a divisão do trabalho na sociedade, afirmando que apesar de analogias e conexões, “há entre elas uma diferença não só de grau, mas de substância”. (Marx, 2003, p. 409). Nesse sentido afirma também que

... a divisão social do trabalho faz confrontarem-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência, além da coação exercida sobre eles pela pressão dos recíprocos interesses, do mesmo modo que no reino animal a guerra de todos contra todos, o bellum omnium contra omnes, preserva mais ou menos as condições de existência de todas as espécies. (Marx, 2003, p. 411).

Na sequência da análise a respeito da mercadoria e a relação com a divisão social do trabalho, Marx (apud Mészáros, 2011, p. 707), afirma que:

A mercadoria, como forma elementar de riqueza burguesa, foi nosso ponto de partida, o pressuposto do surgimento do capital. Por outro lado, as mercadorias agora aparecem como o produto do capital. Este curso circular adotado por nossa exposição, por um lado, corresponde ao desenvolvimento histórico do capital, do qual a troca de mercadorias, o comércio de mercadorias, é uma das condições de emergência; mas essa mesma condição é formada sobre a base oferecida por vários diferentes estágios de produção que têm todos em comum a situação em que a produção capitalista ou não existe absolutamente ou existe apenas esporadicamente. Por outro lado, a troca de mercadorias em seu desenvolvimento pleno e a forma de mercadoria como forma social universalmente necessária do produto surge, pela primeira vez, como resultado do modo capitalista de produção.

Enfim, trazemos as citações e análises da mercadoria, do trabalho, do trabalhador e do capitalista e, por sua vez, do modo de produção, pois são fundamentais para a compreensão

dada por Marx sobre o capital, que segundo ele são relações sociais entre pessoas, que desencadeiam as relações sociais de coisas.

O capital é apenas uma coisa, tal como o dinheiro o é. No capital, tal como no dinheiro, relações sociais de produção definidas entre pessoas são expressas como a relação de coisas com pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem como características sociais naturalmente pertencentes a coisas... O dinheiro não pode se tornar capital sem ser trocado por capacidade de trabalho como uma mercadoria vendida pelo próprio trabalhador. Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando suas próprias condições objetivas o encontram como forças egoístas, como propriedade alheia, valor existente por si mesmo e apoiado em si próprio, em resumo, como capital... Essas condições objetivas devem, do ponto de vista formal, enfrentar o trabalho como poderes estranhos, independentes, como valor – trabalho objetivado – para o qual o trabalho vivo não passa de um meio de sua própria preservação e expansão. (Marx apud Mészáros, 2011, p. 708).

Os recortes da análise de Marx (2003; 2005) sobre o capital e o trabalho, nos ajudam a compreender o contexto mais amplo e profundo que é o modo de produção capitalista, respaldado pela sociedade burguesa. Mészáros (2011) aponta para caminhos de superação do capital, uma vez que a condição para que o capital exista e funcione está relacionada à capacidade de comando sobre o trabalho. Segundo ele, o capital inclusive desapareceria, caso não conseguisse exercer tal controle e comando.

A condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer comando sobre o trabalho. Naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a condição absoluta do comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis – deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica. (Mészáros, 2011, p. 710).

Tendo explicitado e contextualizado a questão da relação entre capital e trabalho, partimos agora para a reconstrução dessas relações com a educação sob a concepção marxista, e que busca ser parte integrante da construção da emancipação humana.

A relação entre capital e trabalho está intrinsecamente ligada à questão da educação e, em muitos casos, esse modelo de sociedade dita as regras sobre que forma de educação deve ser desenvolvida e, na concepção de educação marxista, a atividade educativa não se restringe ao ambiente escolar, no sistema capitalista ela acontece tão somente neste espaço, como forma de acesso e sucesso pessoal e profissional.

A partir da análise apresenta, passaremos a discutir as condições do trabalho docente nas escolas do campo durante a pandemia do Covid 19, tendo o discernimento que essas

escolas estão inseridas no contexto do estado burguês e das contradições posta pelo capital e trabalho e a luta dos movimentos sociais, indígenas e sindicais do campo.

Condições do trabalho docente na pandemia nas escolas do campo

Certamente há muito que se discutir em relação às consequências do processo de reestruturação produtiva na educação. Entretanto, vamos nos ater nesse artigo, a questão do trabalho docente, especificamente as condições do trabalho docente durante a pandemia da covid 19 nas escolas do campo, das águas e das florestas.

Tomamos como ponto de partida, para além das discussões teóricas, as entrevistas realizadas com estudantes e egressos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Licenciatura Intercultural Indígena e Pedagogia da Terra que está registrada na investigação articulados pela Rede Latino-americana de estudos e pesquisas marxistas em Educação do Campo e toma concretude a partir da sistematização e análise iniciais dos dados empíricos relacionados ao projeto de pesquisa intitulado “Educação e escolas do campo em tempos de pandemia da Covid-19” (Janata 2020a, Janata, 2020).

Um dos recortes da pesquisa traz como questão “as condições do trabalho docente” considerando os seguintes aspectos: “recursos estruturais (equipamentos; internet; aplicativos e programas), tempo e intensidade do trabalho, dúvidas/inseguranças/dificuldades em relação à efetividade das estratégias adotadas; reflexão/Experimentação; Número de alunos por turma; cansaço/emocional; atividades de planejamento presenciais.” Do conjunto dos que responderam a pesquisa, obtivemos dezoito (18) entrevistados que abordaram a questão das condições do trabalho docente.

Antes de dialogarmos especificamente com os elementos trazidos pelas entrevistas relatando as condições do trabalho docente nas escolas do campo durante a pandemia da Covid 19, apresentaremos sucintamente nossa compreensão de Educação do Campo, por entender que é fundamental situar de onde partimos quando falamos de escolas do campo.

A categoria Educação do Campo está sendo pensada desde a materialidade de origem do Movimento Nacional de Educação do Campo. Desse modo, tal categoria não deve ser entendida como um mero perímetro não urbano e tampouco se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura brasileira – posição que, por sinal, subestima e muito a evidência dos conflitos que mobilizam

as forças econômicas, sociais e políticas em torno do uso e ocupação da terra no país. (Frigotto, 2003; Gadotti, 2001).

O campo é antes de tudo, um espaço político, histórico, sociocultural, construído por contradições e por diversos modos de vida, de luta, de saberes e conhecimentos, de agir, de sentir, de interagir, de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, povos originários, caboclos e outros sujeitos que produzem suas condições materiais de existência nos diferentes territórios.

A obra intitulada “Dicionário da Educação do Campo”, fruto de esforço coletivo de pesquisadores ligados à luta pela terra, busca refletir categorias e conceitos que permitem entender este tipo de educação a partir das perspectivas, lutas e caminhos das populações que vivem no campo. Nesta perspectiva

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (Caldart, 2012, p. 257).

A Educação do Campo ainda baseia-se na concepção de educação como um direito de formação do ser humano na sua totalidade social e, portanto, indissociável do restante de sua vida social. A Educação do Campo tem por base o respeito à aos diferentes povos do campo em seus aspectos: sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional, de raça e etnia e a valorização da cultura e do modo de vida do campo. Para Vendramini,

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (Vendramini, 2007, p. 2).

Ao tratar da Educação do Campo é necessário registrar que a mesma está vinculada à luta dos trabalhadores por Reforma Agrária, para a superação das desigualdades sociais e pela vida, portanto, o campo com seus conflitos fazem parte dessa materialidade, não se constituiu

em contraposição ao espaço urbano, ou de afirmação de diversidades, mas enquanto um posicionamento político ideológico dos trabalhadores do campo que assumem uma concepção de mundo.

Uma das pautas de luta da Educação Campo é a universalização do acesso à Educação. O Estado, principal responsável por assegurar que o direito de todos à Educação seja cumprido, como definido no Art. 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é o provedor da educação no atual modelo de desenvolvimento societário. Mas, ter direito assegurado não significa ter políticas públicas efetivadas. Por isso os movimentos sociais do campo compreendem que é necessário estrategicamente assumir a educação como bandeira de luta e se colocam como reivindicadores de políticas públicas que garantam o acesso à educação de toda classe trabalhadora.

As pautas sobre educação apresentadas pelos movimentos sociais à sociedade política configuram construção de políticas, programas e ações dirigidos para a educação do campo que se apresentam como frente de resistência à educação hegemônica pelo capital. É evidente que esse processo está permeado de contradições, mas no mínimo coloca em evidência a necessidade de pensar a educação e a formação de professores sob outras bases.

Os conjuntos dos entrevistados puderam acessar o ensino superior pelas políticas públicas conquistadas pelos movimentos sociais do campo. No processo formativo os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do campo estiveram sempre presente nos estudos e debates.

Isso posto passamos a apresentar algumas questões das condições do trabalho docente no Brasil nos últimos anos. Os problemas educacionais são históricos, a pandemia só evidenciou a desigualdade estrutural vivenciada na educação.

Como já apresentamos no início desse texto, o trabalho docente e o próprio professor, tem sofrido nas últimas décadas substancial desvalorização. O professor encontra-se submetidos aos processos que assolam o conjunto da classe trabalhadora, as constantes reformas trabalhistas trazem cada vez mais a precarização estrutural do trabalho e por consequência a desvalorização da carreira docente. Outro problema recorrente é a instabilidade, os contratos temporários e a terceirização trazem ao professor a insegurança da continuidade do trabalho e da reprodução material da vida.

A constante mudança no mundo do trabalho com a inserção de inovações tecnológicas e a reorganização dos processos produtivos tem retirado do professor a possibilidade de decidir,

de planejar seu trabalho e construir caminhos metodológicos nos processos de ensino aprendizagem.

A falta de autonomia no trabalho docente segundo Kuenzer (1999) é percebido no contexto em que se articulam as alterações no mundo do trabalho, as novas políticas públicas e as políticas educacionais, tem retirado do professor seu protagonismo e participação ativa nos processos educacionais. Segundo a autora, é fundamental compreender os processos de desenvolvimento social e econômico, pois correspondem a projetos pedagógicos, aos quais se associam perfis diferenciados de professores, de modo a atender às demandas dos sistemas social e produtivo com base na concepção dominante. Não podemos esquecer que a educação pública brasileira é reflexo da organização social materializada na concepção de estado.

As decisões sobre os rumos da educação esta concentrada nas decisões de governos assessoradas por organizações não governamentais do capital, mas o trabalho efetivo tem sido realizado pelo professor, é ele, que muitas vezes tem assumido a responsabilidade dos processos educativos.

Entendemos que o processo de ensino aprendizagem se faz de forma mais efetiva presencialmente, nas relações sociais do dia-a-dia, mas em função da pandemia a orientações dos pesquisadores e profissionais da saúde foi o distanciamento social como forma de amenizar o número de contaminados, evitando assim um colapso no sistema de saúde. O isolamento social foi apresentado como sendo a melhor estratégia para conter a contaminação levando em consideração a realidade da estrutura de nosso sistema de saúde enquanto não era possível vacinar toda a população.

A pandemia em si já é um problema sanitário complexo, mas, para além disso, a sociedade brasileira teve que lidar com um governo que negligenciou as consequências da infecção pela covid 19 por interesses particulares, a fim de aumentar o capital político. O negacionismo disseminado através dos meios de comunicação e redes sociais de massa contribuiu com o aumento significativo de contaminados e mortos. Segundo Veiga Neto,

A palavra negacionismo denota a prática de negar sistemática mente realidades ou verdades que, embora evidentes, causam algum medo ou desconforto. Em geral, o negacionismo revela uma dificuldade no enfrentamento de problemas que, para serem compreendidos e resolvidos, exigem o emprego de alguma racionalidade fora do alcance dos estultos. A arrogância, a pobreza intelectual, o fundamentalismo, o anticientificismo e o conspiracionismo reforçam os comportamentos negacionistas. (Veiga Neto, 2020, p. 07).

Ao negligenciar a gravidade da pandemia, o governo minimiza a necessidade das políticas públicas mais efetivas nesse momento, eximindo o Estado de viabilizar recursos na saúde pública. As consequências desse pensamento foram desumanas, levando a morte milhares de pessoas, em via de regras, as mais vulneráveis. Articulado às ideias negacionistas está o anticientificismo, que segundo Veiga Neto o

Anticientificismo refere-se à postura contrária à Ciência – seus métodos, suas práticas, seus princípios. Os movimentos antivacinais, por exemplo estão imbricados com o anticientificismo e, frequentemente, também com o conspiracionismo. (Veiga Neto, 2020, p. 08).

Essas concepções potencializaram a desinformação e os cuidados necessários para evitar o contágio pelo vírus. Esse tipo de pensamento também afetou a educação, principalmente as universidades, desacreditando os conhecimentos e processos por elas produzidos.

O brasileiro não sofreu apenas como a pandemia da Covid 19, teve que lidar com a polaridade, de um lado, a necessidade do isolamento social defendido pelos cientistas e de outro o negacionismos que defendia a manutenção de todos os serviços presenciais para a manutenção das relações econômicas e disseminava tratamentos ineficazes que agravaram ainda os problemas enfrentados nesse período. A falta de um direcionamento efetivo e consistente no combate ao vírus permeou a condução do trabalho do professor, que teve que lidar com as incertezas do cotidiano e reorganizar as formas de conduzir os processos de ensino aprendizagem.

Em decorrência da pandemia do Covid 19, o professor teve que adotar alternativas pedagógicas para dar continuidade à escolarização de crianças, adolescentes e jovens. Foi necessário iniciar o teletrabalho, planejar as atividades docentes, informar pais e alunos, um conjunto de atribuições que os professores foram obrigados a fazer nesses primeiros meses sem ter a clareza de como proceder, sem formação para atender as novas demandas imposta pela realidade da pandemia.

O professor cada vez mais se vê diante de inúmeras situações às quais precisam adaptar-se, entre elas, as demandas e pressões externas advindas dos poder publico, da família, do ambiente, do meio social, do trabalho/escola. A longa jornada de trabalho, atividades para preparar, conteúdos para estudar e explicar, “fazer os alunos aprender” nas condições mais

adversas ou estimular o aprendizado. Para além dessas questões recorrentes foi necessário aprender, ou tentar aprender a trabalhar durante uma pandemia e com isolamento social.

... a gente teve que se desdobrar, mexer com computador, editar vídeo, foi muito complicado. Então assim, eu vejo que muitos profissionais adoeceram nesse período, não só nessa questão da pandemia, com a perda de amigos e familiares, mas também o trabalho exaustivo. (CRP, entrevista concedida em 6/08/2022).

Como podemos perceber, o professor teve que lidar com um conjunto de fatores para além das questões pedagógicas. O cumprimento de prazos, grupos de estudo e jornadas pedagógicas para participar, plano de ensino ou aula a desenvolver e executar remotamente online ou com matérias impressos e entregue aos estudantes, projetos e reuniões, são fatores do cotidiano da vida de um professor que se complexificou com a pandemia. Em situação normal essa dinâmica é construída dentro de uma jornada de trabalho que não extrapola o tempo/espaço da escola. Já com isolamento e o trabalho remoto uma nova dinâmica foi sendo construída e a carga maior ficou sob a responsabilidade do professor.

...triplicou a jornada de trabalho, sabe? Os pais e quem não estavam na escola poderia pensar: mas o professor trabalha uma hora só por live, está tranquilo, mas responder as dúvidas, montar planejamento, trabalhar em coletivo, dez, doze cabeças "ah! vamos fazer assim, vamos fazer assado". Até pegar esse ritmo a gente sofreu. Não só eu, eu falo pela escola inteira, cada um sofreu, é claro, por coisas diferentes, tinha professor que não sabia trabalhar muito bem com a tecnologia, outros já tinham mais facilidade, mas não sabia trabalhar em coletivo. Então foi isso. A gente tinha que montar, por exemplo, não que seria dois planejamentos, mas eu pensava na minha aula online, mas a mesma coisa que eu trabalhei online, eu teria que trabalhar com o aluno impresso. Ah! online, por exemplo, eu podia pedir pra eles assistirem um vídeo e o impresso? Como que eu vou explicar o mesmo conteúdo? (LRF, entrevista concedida em 09/04/2021).

Como podemos constatar as condições de trabalho não são iguais, as dificuldades esta relacionadas às condições objetivas de cada professor, alguns com acesso e facilidade de trabalhar com das ferramentas e canais de comunicação digital passaram a auxiliar seus colegas no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Esse processo ressalta a necessidade da formação continuadas na área das TICs, que segundo (SQ, entrevista concedida em 20/09/2021) durante esse trabalho de atividade não teve nenhuma formação.

O professor teve que trabalhar com duas situações, com estudantes que possuíam condições de ter acesso à internet e aquele que não tinham internet. O acesso a TICs no meio rural brasileiro ainda é limitado, e com a pandemia isso ficou evidenciado e teve influencia direta nas questões estruturais do trabalho docente. Mesmo para aqueles que possuíam

condições de acesso e de organizar-se para estudar, não se pode afirmar que seus equipamentos eram compatíveis para o acesso aos materiais organizados pelos professores ou pelos sistemas de ensino.

Não evidenciamos uma política pública que estabelecesse condições efetiva de trabalho para o professor, a maioria dos professores não possui um ambiente específico para a realização do trabalho. É difícil encontrar quem possua um quarto ou escritório para poder trabalhar adequadamente, pelo contrário, as entrevistas demonstram que uma parcela significativa de professores teve que adquirir equipamentos com recursos próprios para o exercício da docência durante a pandemia.

...na verdade assim, eu me organizei, não teria condição, mas eu me organizei. Eu comprei um celular, comprei uma impressora, comprei, comprei um ring light, um microfone, sabe? Eu comprei uma cadeira porque eu não aguentava mais ficar com a minha bunda numa cadeira que não era boa de sentar, então, comprei até uma cadeira. Organizei um espaço na minha casa pra que tivesse uma qualidade no trabalho. Nem todo mundo teve essa condição. Não tinha condição, na verdade, se for ver, eu também não teria, mas como eu não aguentava mais o espaço que eu estava, acabei separando um dinheiro para organizar esse espaço porque eu vi que passou um mês, passou outro e não voltava ao normal e as previsões eram extensas, então eu acabei me organizando, mas não foi muito bom. Mesmo assim eu não tenho um espaço excelente, um espaço bom pra trabalho (ISMR, entrevista concedida em 05/10/2021).

O professor assumiu pra si a responsabilidade de criar as condições de trabalho, para além de organizar espaços específicos, quando possível, teve que investir em instalações de rede de internet, custeando os gastos de instalação, manutenção e pagando mensalidade para minimamente estar conectado a uma rede de comunicação.

... então, a principal estratégia, nós professores tivemos que pagar pela internet né? chegou em um ponto agora que é isso, os professores gastaram muito dinheiro, teve gente que teve que fazer empréstimo, vai chegando no fim do ano vamos nos apertando, vai emprestando do vizinho, só que é isso, essas coisas tem limites, o ideal era a gente ter condições de acessar. Temos um exemplo aqui, uma professora disse “não tenho condições de eu e meus filhos acessarmos a internet, porque não tenho condições de pagar mais a internet”. (CG, entrevista concedida em 30.08.2021)

Alguns professores, sem condições de comprar computador, realizaram seu trabalho de acompanhamento dos estudantes pela tela do celular. O desgaste físico e emocional sem sombra de dúvida fica abalado ficar horas diante de uma tela minúscula corrigindo trabalhos é uma tarefa árdua e exaustiva, infelizmente essa foi a realidade de muitos professores.

...não tenho computador. Tive que colocar internet em casa. Fico com celular que é limitado. Devido também a quantidade de trabalho. Corrijo as atividades pelo celular é muito difícil, as turmas são grandes com 30 aluno. Tenho nove turmas. Corrijo pelo celular as atividades, dou o retorno também pelo celular e faço plantão na escola a cada 15 dias. Muito trabalho (RMM, entrevista concedida em 16/09/2021).

A responsabilidade e o compromisso fez com que professores realizassem seus trabalhos sem a mínima condição utilizados o celular e o whats App para dar conte de encaminhar e corrigir trabalhos

E é muito, mais muito cansativo pra gente receber as atividades pelo WhatsApp, tem que tá o tempo né aumentando, tentando ler, pra não ser injusto, pra não fazer de contra, tem que tá pedindo pra fazer boa parte das vezes, então isso é muito cansativo. E aí a gente tá em outros (JH S, entrevista concedida em 12/05/2021).

O trabalho na pandemia foi para dentro da casa, fazendo com que muitos professores não conseguissem separar o tempo do trabalho como o tempo para a família, para o lazer ou para si próprio. Essa afirmação fica evidenciada na fala do professor (HFC, entrevista concedida em 07/09/2021). “como você ficou em casa você não tinha só aquelas quatro horas de trabalho, porque tinha dez hora da noite, onze hora da noite, final de semana alunos pedindo coisas”. O professor aumentou a carga horária a partir do trabalho on line, pois além da função tradicional no ensino presencial que seria preparar e conduzir as aulas, no trabalho remoto, o professor precisou aprender a utilizar as tecnologias disponíveis, reformular as aulas e deixar todo conteúdo mais didático para ser entendido pelos educandos sem a presença física do professor, enviar atividades, ficar disponível para dúvidas e discussões acerca do conteúdo trabalhado e posteriormente corrigir os trabalhos e fazer a devolução.

...esse trabalho excedeu o nosso tempo espaço vida. Se o profissional trabalhava de segunda a sexta não teve horário para gente trabalhar dessa forma nesse formato de ensino, aluno tirando dúvida com nós no sábado domingo, qualquer hora da noite, a gente tem feito esse trabalho (BJPS, entrevista concedida em 17/09/2022).

De acordo com os professores respondentes à pesquisa, a preocupação maior é com a saúde de toda família, evidente pelo momento de pandemia e os medos que essa doença traz. O isolamento social, o sedentarismo e a permanência por horas a fio sentado ou em uma posição que possa afetar ergonomicamente são condicionantes para uma possível piora no quadro de saúde em curto a médio prazo. Ademais, um fator que não tem gerado preocupação, porém, já está se evidenciando é a da saúde mental.

Foi pesado, é pesada para os educadores, muita gente doente, angustiada, depressivo, dá uma angústia quando não resolvem os problemas que encontram, depois só a capacidade de pensar junto, pensar o futuro, acolher as pessoas, reorganizar que dá ânimo para seguir na perspectiva da educação do campo, na emancipação humana, cuidado com as pessoas e inserção daquilo que acreditamos (SAR entrevista concedida em 09/09/2021).

Não podemos desconsiderar as condições sociais, sanitárias e ambientais em que as pessoas estão envolvidas, as dificuldades são inúmeras e as consequências para a educação terá será vivenciada por um longo período. É fundamental que exista políticas públicas de acompanhamento, orientação e formação continuada para os professores e investir substancialmente em infraestruturas nas escolas do campo para minimizar os danos causados pela pandemia da Covid 19.

Considerações finais

Não se pode deixar de registrar, que os elementos trazidos nas respostas dos sujeitos que responderam a pesquisa, bem como outras sistematizações já realizadas, que a pandemia evidenciou a falha metabólica entre ser humano e natureza no capitalismo e a grande desigualdade social que segue na vida da população brasileira e mundial. Intensificou-se de forma geral a precarização do trabalho e do trabalhador aumentando a concentração do capital nas mãos de poucos de forma geral.

Como a vacina demorou em ser descoberta e produzida, e no caso do Brasil, de ser adquirido pelo governo, um dos recursos mais efetivos para o combate e preservação das vidas humanas foram às medidas de isolamento social e cuidado individual. Entretanto, a pandemia é expoente de que no capitalismo as determinantes estruturais não permitem a escolha desse cuidado da vida humana prescrita quando se é trabalhador nas camadas sociais mais periféricas e dos chamados serviços essenciais.

Assim, o momento singular expressa contradições profundas da vida nas suas mais variadas dimensões. No que diz respeito às condições do trabalho docente nas escolas do campo, evidenciamos a urgência e o reforço do posicionamento em defesa da escola pública, da garantia de acesso e permanência de seus estudantes e na melhoria das condições de trabalho.

Referências

- Freitas, L. C. (1992). Em direção a uma política para a formação de professores. *Em Aberto*, 54.
- Frigotto, G. (2003). *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Editora Cortez.
- Foster, J. B. (2013). *Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos*. Florianópolis: *Perspectiva*, 31(1).
- Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (2012). (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular.
- Gadotti, M. (2001). *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis.
- Janata, N. E. et al. (2020a). *Projeto de Pesquisa Educação e escolas do campo em tempos de pandemia do Covid-19*. Florianópolis, SC: UFSC.
- Janata, N. E. et al. (2020). Questionário online Educação e escolas do campo em tempos de pandemia do Covid-19. In Silva, J. Z., & Verdério, A. (Orgs.). *Projeto de Pesquisa Educação e escolas do campo em tempos de pandemia do Covid-19*. Amargosa, BA: CFP-UFRB.
- Kuenzer A. Z. (1999). As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrance. *Educação & Sociedade*, 68.
- Marx, K. (2003). *O Capital: crítica da economia política – Livro 1*. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (2005). *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mészáros, I. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2002). *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. In: *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Paniago, M. C. (2000). *O controle do capital: uma impossibilidade objetiva*. São Paulo: Serviço social e sociedade.
- Veiga-Neto, A. (2020). *Mais uma Lição: sindemia covídica e educação*. Porto Alegre: *Educação & Realidade*. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109337>

Vendramini, C. (2007). *Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo*. Campinas: Cad. Cedes, 27.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 20/01/2024
Aprovado em: 29/05/2024
Publicado em: 23/03/2024

Received on January 20th, 2024
Accepted on May 29th, 2024
Published on August, 23th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Anhaia, E. M., & Costa, R. C. (2024). Condições do trabalho docente durante a pandemia da Covid 19. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18527.

ABNT

ANHAIA, E. M.; COSTA, R. C. Condições do trabalho docente durante a pandemia da Covid 19. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 9, e18527, 2024.